

PRÓ-LETRAMENTO: POLÍTICAS E PRESSUPOSTOS NO ENSINO DA LÍNGUA ESCRITA

Ana Beatriz Simões da Matta (UERJ / SME/ Rj)
anabeatrizsimoes@hotmail.com

Este trabalho busca analisar a apresentação e a primeira unidade do fascículo um do programa de formação continuada do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) denominado "Pró-Letramento", destinado a professores dos anos iniciais do ensino fundamental, atuantes nas escolas públicas por todo o país. Entendendo o ambiente escolar como um espaço propício para o surgimento de questões de política de linguagem, buscamos observar como um documento norteador da prática docente organiza os conhecimentos sobre o ensino da língua escrita e como conceitua os pressupostos para este, com atenção especial para a discussão sobre alfabetização e letramento. Sendo o documento elaborado pela instância máxima da educação brasileira, o MEC, utilizaremos como arcabouço teórico a visão de Orlandi (1987,2007),na qual a autora assinala que "uma questão da língua é pois uma questão do Estado", que organiza e "dita" as regras do trabalho pedagógico. Acrescentamos às nossas análises as reflexões de Soares (2003), que propõe a diferenciação dos conceitos de alfabetização e letramento, tomados pelo documento como pressupostos essenciais do ensino da língua escrita. O Pró-Letramento é composto por nove fascículos, os quais organizados de acordo com o interesse de leitura do professor. Desta forma, o conhecimento sobre o ensino da língua escrita é apresentado de maneira não-linear e desfragmentada, encarado por muitos docentes como um "guia de apoio" ao trabalho pedagógico.